



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 25 de julho de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil OPINIÃO	1
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL OPINIÃO	2
JORNAL DO COMMERCIO Ponte sobre o Rio Negro sai em 24 de outubro..... POLITICA	3
JORNAL DO COMMERCIO PIM ECONOMIA	4
JORNAL DO COMMERCIO Só uma perguntinha ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO Região terá três programas de inovação para MPes ECONOMIA	6
JORNAL DO COMMERCIO Indústria..... BRASIL	7
JORNAL DO COMMERCIO Indústria (continuação) BRASIL	8
A CRITICA Brasil é o líder mundial em encargos trabalhistas..... ECONOMIA	9
A CRITICA sim & não OPINIÃO	10
AMAZONAS EM TEMPO Entrevista CAPA	11
AMAZONAS EM TEMPO Holofote CAPA	12
AMAZONAS EM TEMPO Editorial CAPA	13
AMAZONAS EM TEMPO CONTEXTO OPINIÃO	14
AMAZONAS EM TEMPO ARTHUR NETO POLITICA	15
AMAZONAS EM TEMPO ARTHUR NETO (CONTINUAÇÃO)..... POLITICA	16
AMAZONAS EM TEMPO Franquia da Ambev chega ao AM em 2012 ECONOMIA	17
AMAZONAS EM TEMPO O que é a base ecológica da ZFM?..... ECONOMIA	18
DIÁRIO DO AMAZONAS NORTE EM 1º..... AMAZONAS	19
DIÁRIO DO AMAZONAS Distorções no fisco passam de R\$ 100 mi AMAZONAS	20

Frente & Perfil

Vanessa aposta em vitória no Supremo

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) dá como certa a vitória da Adin no Supremo impetrada pelo governador Omar Aziz contra o governo de São Paulo. Segundo ela, o decreto é ilegal e constitui afronta à recente decisão do STF que proíbe a guerra fiscal entre os Estados. “Vamos vencer no STF, isso não é o fim do mundo”, afirma a senadora. Vanessa diz que, apesar da arrogância paulista, a Zona Franca de Manaus produzirá tablets e as empresas do PIM terão que cumprir a legislação e investir 5% de seus lucros em pesquisas visando o desenvolvimento científico e tecnológico do Amazonas.

EDITORIAL

Ponte fica pronta, mas sem complementos do projeto macro

Manaus vai ganhar como presente de aniversário a inauguração da ponte sobre o Rio Negro ligando a capital ao município de Iranduba e seguindo até Manacapuru no rio Solimões, pela rodovia AM-070 – Manoel Urbano. O anúncio feito sexta-feira pelo governador

em exercício José Melo põe fim aos boatos sobre novos adiamentos.

Concebida para ser uma obra integradora não apenas da Região Metropolitana de Manaus, mas de todos os municípios das calhas do rio Solimões e seus afluentes, a construção da ponte não foi devidamente acompanhada dos componentes infraestruturais e macroeconômicos necessários à consolidação do projeto.

Ficam para uma segunda etapa, o que prejudica, e muito, o futuro do projeto, haja vista a avalanche especulativa que já se faz na região do seu entorno no outro lado do rio, sem que haja ainda um Plano Diretor

e regulamentado vigorando efetivamente para direcionar as ações de investimentos e estruturação urbana.

Afora as obras de estruturação viária que viabilizarão o grande anel rodoviário interligando a AM-070 à BR-174, chegando à área do futuro Polo Naval de Manaus, além das obras de infraestrutura portuária e energética na cidade de Manacapuru, para atender o fluxo de transporte rodo-fluvial dos municípios da região.

O governo Omar Aziz terá ainda três anos para concluir o projeto que, sem dúvida, será o grande marco da consolidação da Região Metropolitana de Manaus.

Ponte sobre o Rio Negro sai em 24 de outubro

José Melo, governador do Amazonas em exercício, confirmou nesta sexta-feira a inauguração da ponte ainda neste ano

O governador em exercício José Melo confirmou para o dia 24 de outubro, data do aniversário de Manaus, a inauguração da ponte sobre o Rio Negro. O anúncio foi feito na manhã desta sexta-feira, enquanto Melo acompanhava a visita de juízes membros da Amazon (Associação dos Magistrados do Amazonas) à obra que está em fase final de execução.

Na mesma ocasião, José Melo também disse que o governo do Amazonas deve iniciar em breve as obras do projeto de interligação viária da ponte com outras vias do entorno, com o objetivo de facilitar o fluxo de veículos que saem ou chegam a Manaus. Está sendo planejada a construção de uma via em direção à Ponta Negra, por dentro do bairro Santo Agostinho; outra na direção Compensa-Glória, além de duas passagens de nível. Uma delas será no entroncamento da estrada da Estanave, na saída da ponte, com a avenida Brasil. Nesse trecho também será construída uma via em direção à avenida São Jorge, próximo ao Centro de Ins-

trução de Guerra na Selva (Cigs). A segunda passagem de nível será na avenida Coronel Teixeira, substituindo a rotatória em frente à Igreja da Restauração.

De acordo com o secretário

***Segundo Melo,
com a ponte será
possível a expansão
da indústria para
o outro lado do Rio
Negro, bem como a
expansão imobiliária***

da Região Metropolitana de Manaus, René Levy, as obras serão feitas em fases, com previsão de iniciar antes da inauguração da ponte. "Vamos trabalhar com perspectiva de curto, médio e longo prazos, até a viabilização do grande anel viário, que vai ligar a AM-070 (Manaus-Manacapuru) à BR-174, chegando à área onde será construído o Polo Naval de Manaus", explicou.

Segundo o governador em exercício, a ponte está em fase de acabamento. "Vamos concluir o asfaltamento, a construção das defensas para a proteção dos pilares e a iluminação", disse José Melo. A previsão é de que em agosto inicie a colocação das defensas dos canais principais sob o vão estaiado (vão central) e em seguida inicia o processo com os canais secundários. Quanto à iluminação, a empresa vencedora da licitação aguarda a chegada dos itens comprados fora do Estado para iniciar a instalação.

Ao longo de sua construção, a ponte sobre o Rio Negro tem despertado a curiosidade e, desde 2008, vem recebendo inúmeras visitas de entidades públicas e privadas. Nesta sexta-feira, foi a vez dos magistrados da Amazon que foram conhecer o processo de construção e projeto da Região Metropolitana de Manaus. De acordo com o presidente da Amazon, Aristóteles Tury, com a inauguração da ponte, o Tribunal de Justiça terá uma facilidade grande de integrar todas as comarcas da Região Metro-



Foto: Chico Batata/Agcom

O vice-governador José Melo esteve na obra da ponte com juízes membros da Amazon

litana de Manaus, facilitando a prestação jurisdicional para estas cidades. Com 3.595 metros de extensão a ponte sobre o Rio Negro é considerada uma das maiores

obras civis do Estado de todos os tempos e a segunda maior ponte estaiada sobre rio do mundo, atrás apenas de uma ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela.

PIM

Salários não acompanham faturamento

POR LUANA GOMES

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, que vai pedir 17% de reajuste na campanha salarial deste ano, média salarial é a 4ª mais baixa do país

Embora o ritmo da produção industrial amazonense esteja "bombando", como chegou a declarar a titular da Suframa, Flávia Grosso, os traba-

lhadores do PIM não podem dar o mesmo 'elogio' aos seus salários.

Conforme indicadores da autarquia, dos cinco segmentos com maior contribuição no faturamento do PIM, que nos primeiros cinco meses de 2011 (US\$ 16,33 bilhões), cresceu 22,85%, a relação salário com mão de obra ocupada do setor metalúrgico foi a menor, com US\$ 822,12.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Amazonas, Waldemir Santana, a média salarial do Estado é de R\$ 1.400, a quarta mais baixa do Brasil. "Por mais que as empresas recebam incentivos fiscais, pagam um preço mínimo para

seus funcionários", ponderou.

Contudo, os dados da Confederação Nacional dos Metalúrgicos apontam que até maio a Região Norte foi a que apresentou maior alta nas contratações (+ 10,4%), acima da média nacional de 3,5%. O Amazonas conseguiu o maior acréscimo: 12,3%.

Como base para atender a demanda de polos eletroeletrônico, que responde por 32,12% do faturamento acumulado (US\$ 5,25 bilhões), e de duas rodas (US\$ 3,72 bilhões), o sindicato pretende realizar uma campanha no dia 28 para aumentar a quantia recebida.

No Grande ABC, com média sa-

larial 'invejável', o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Sérgio Nobre, afirma que uma das diferenças se deve à maior qualificação dos trabalhadores da região, assim como a menor rotatividade da mão de obra na região. Mas, em junho, de acordo com informações do Caged (Cadastro Geral de Trabalhadores), a taxa de rotatividade na indústria em geral do Amazonas foi de 2,58%, enquanto na de São Paulo foi de 3,22%.

A média salarial dos brasileiros que trabalham na atividade é de R\$ 1.809,91. Por isso, de acordo com Santana, há uma proposta de reajustar em 17% a cifra amazonense, cujo

menor piso é de R\$ 1.060.

Benefícios sociais

O presidente do sindicato patronal, Athaydes Félix, argumenta que as indústrias já estão negociando esse valor e que os salários "não estão fora do padrão" em comparação ao restante do país. "A Honda, por exemplo, destina uma média de R\$ 1.800", afirmou, ressaltando que, além do mais, os empreendimentos do Estado concedem benefícios como cesta básica, tratamento odontológico, que, segundo ele, inexistem em alguns estabelecimentos de outras cidades.

Só uma perguntinha



Amazonidades

OZÓRIO FONSECA

As notícias divulgadas pela mídia apenas tangenciam os graves problemas que se acumulam na história recente do Brasil e do Amazonas. De vez em quando se divulgam informações cruciais, mas sem comentários, deixando os leitores sem ao menos uma interpretação do cenário. E como a quase totalidade da população não consegue fazer interpretação correta de textos ou de dados primários, nada é analisado e quem ganha é o parlapatão pávulo cujo grupo subsidia a ignorância popular.

Nosso futuro comum

Uso aqui o título de um livro importante –Nosso futuro comum– conhecido como Relatório Brundtland, elaborado por uma Comissão da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, presidida pela norueguesa Gro Harlem Brundtland. O documento está dividido em três capítulos –“princípios comuns”, “desafios comuns” e “esforços comuns”– com informações e análises do mundo sob a perspectiva de um futuro que temos que compartilhar com os outros terráqueos, todos passageiros da nave

mãe –Terra– que atravessa o espaço sideral sem que possamos interferir na rota, embora sejamos responsáveis pelo conforto da viagem de todos e não apenas da tripulação. Para reflexão indico alguns temas incluídos no relatório e procuro saber – sem respostas – o que estamos fazendo para proteger o “futuro ameaçado”, para valorizar a “população e os recursos humanos”, para “administrar as áreas comuns” e para construir a “paz, segurança, desenvolvimento e meio ambiente”. Para os que não sabem, meio ambiente não é apenas natureza, mas principalmente os binômios homem-natureza e sociedade-natureza.

A Nau dos Insensatos

Aqui me apossa do título de outro livro –A nau dos insensatos– publicado pela primeira vez em 1494 (antes do descobrimento do Brasil) que reproduz fielmente as atitudes do fechado grupo dos politicamente poderosos que usam a insensatez dos usurpadores para auferir riqueza no presente oferecendo em troca para o povilêu, o pão, o circo e a bolsa esmola para a geração atual e pouca esperança para as gerações

futuras. Vale aqui dizer que o aforismo disseminado da existência de um estado democrático de direito é ape-

Nossa opção econômica (ZFM) se fragiliza a cada dia apesar do ufanismo gerado pelo faturamento expandido

nas empulhação, pois em questões ambientais esse estado não existe já que as gerações futuras não estão representadas e nem passaram procuração para os que andam por aqui agora.

Exemplos emblemáticos

A insensatez dos ganhos presentes (usura) dos que comandam a nau, aparece todos os dias (todas as horas?) e alguns exemplos são emblemáticos Cito, por ser o mais grave do momento, o que envolve o Ministério dos Transportes e que nos atinge profundamente por incluir um senador pelo Amazonas. A extensão do problema parece de grande magnitude, mas está vindo à tona em gotas homeopáti-

cas, para não causar danos à base aliada e livrar a cara de Lula da Silva e seu grupo que conviveu de forma conveniente com esse gravíssimo desvio de conduta.

Aliás, nossa bancada no Senado se omite até nas votações importantes para o Estado e, ao olhar para a foto dos três sou obrigado a repudiar o escândalo e a parafrasear Mario Quintana dizendo que o Amazonas é o último lugar do mundo onde ser comunista significa ter idéias avançadas.

A classe política do Amazonas provavelmente não conhece o relatório Brundtland. E nossa opção econômica (Zona Franca) se fragiliza a cada dia apesar do ufanismo gerado pelo faturamento expandido nesse primeiro semestre de 2011. O outro lado dessa riqueza é a folha de pagamento do PIM que mostra o seguinte quadro: em 2006, 79,6% dos trabalhadores recebiam até 4 salários mínimos e apenas 2,8% recebiam acima de 15 salários mínimos. Até abril de 2011 o número de trabalhadores de até 4 salários mínimos cresceu para 85,0% e os

que recebem acima de 15 salários mínimos desceu para 1,5%. Esses dados foram retirados de uma tabela publicada em um jornal local, cujo título infeliz dizia: “Indústria concentra pagamento nas faixas mais baixas” como se isso fosse uma política de distribuição de riqueza.

E, para terminar, só uma perguntinha subdividida: 1) se em 2006 havia 89.259 trabalhadores no PIM, em 2001 (até abril) eram 102.608 (5,7% da população de Manaus); 2) se o comércio tiver o triplo de trabalhadores (300.000) ganhando a mesma faixa salarial; 3) se os serviços empregarem 200 mil pessoas com salários similares à indústria; 4) se o poder público abrigar mais ou menos 150.000 servidores com remunerações um pouco melhor (professor doutor da UEA, com fidelização, ganha R\$ 7.000 brutos), de onde vem o dinheiro para tantos carros, motos, mansões, apartamentos de luxo, viagens, compras de imóveis no exterior e outras ostentações de riqueza?

Esta coluna é publicada na edição do final de semana e é elaborada sob a coordenação do professor da UEA e ex-diretor do Inpa Ozório Fonseca ozorio@netium.com.br

Região terá três programas de inovação para MPEs

Meta do Sebrae é atender 6.274 empresas de pequeno porte com soluções de inovação. O Amazonas receberá R\$ 2 mi para os programas

Por **OLÍVIA DE ALMEIDA**

Foto: Divulgação/Sebrae/AM

Inovação foi uma das palavras mais citadas durante o 1º Encontro de Diretorias Técnicas e Programas Nacionais da Região Norte, na última sexta-feira, dia 22, onde reuniu diretores-técnicos e colaboradores do Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), no Centro de Convenções do Manaus Plaza Shopping, zona Centro-Sul da cidade. Para o diretor-técnico do Sebrae Nacional, Carlos Alberto dos Santos, hoje a inovação tem função estratégica e deve ser parte do plano de negócio das empresas. "Com o mercado cada vez mais competitivo é preciso se diferenciar, reduzir custos, otimizar recursos, aumentar a produtividade, a eficiência dos processos da empresa e oferecer produtos e serviços de qualidade aos clientes. E só vai sobreviver quem conseguir inovar nesse ambiente de competitividade global", destaca.

Santos afirma que isso é um desafio colocado para as empresas, independente do porte. Envolve também os pequenos negócios, que são maioria e geram o maior contingente de empregos (52,2%) na nossa economia. "Inovar não é mais privilégio de grandes empre-

sas, não custa caro nem está associado somente ao aspecto tecnológico desse tipo de processo. É fazer diferente para fazer melhor", define.

O Sebrae vai investir até 2014 cerca de R\$ 780 milhões para apoiar e promover a inovação nas empresas de pequeno porte em todo o país, devido à importância da diferenciação para se consolidar no mercado e conquistar novos clientes, gerando mais emprego e renda. Para a Região Norte, neste ano, estão previstos R\$ 18,9 milhões em três programas nacionais voltados para inovação nos pequenos negócios. A meta do Sebrae é atender 6.274 empresas de pequeno porte com soluções de inovação. Aqui no Amazonas, esses programas contam com quase R\$ 2 milhões do Sebrae Nacional para atender 862 empresas de pequeno porte. E de acordo com o diretor-técnico do Sebrae Amazonas, Maurício Seffair, a previsão é investir R\$ 9 milhões até o final deste ano em todos os programas e projetos com viés de inovação, sendo que já foram aplicados R\$ 3,2 milhões.

Seffair que esteve durante o Encontro, fez um balanço dos seis programas da instituição que visam promover a maior competitividade das micro e



Para o diretor-técnico do Sebrae Nacional, os micro-empresários devem pensar no diferencial competitivo

pequenas empresas, de modo inovador e sustentável. Entre eles, o ALI (Agentes Locais de Inovação), que atualmente beneficia 293 empresas. "O grande objetivo deste programa é levar inovação aos empresários, que não conhecem o Sebrae ou não tiveram ainda a oportunidade de vir até nós", ressaltou o diretor-técnico do Sebrae-AM.

Ele conta que hoje o início do programa tem focado as regiões norte e leste da capital amazonense. "Estamos indo

até o empresário, conversamos, falamos sobre o programa e como ele gostaria de ser atendido pelo Sebrae", explica Seffair, que também conta que o programa será revisto durante 1º Encontro de Diretorias Técnicas e Programas Nacionais da Região Norte.

Outro produto do Sebrae debatido durante o evento é o Sebraetec. "Ele uma ferramenta que nós disponibilizamos ao micro e pequeno empresário de poder ter dentro da sua empresa a tecnologia

necessária para que ele possa ser competitivo no mercado", disse Seffair. Cerca de 1.520 empresas do Norte do país são participantes do programa. Destas, 153 são do Amazonas.

O diretor-técnico do Sebrae Amazonas ressaltou também o programa Sebrae Mais, que nasceu devido à necessidade de atender as empresas de pequeno porte. "A pequena empresa que já tem mais de dois anos, praticamente já superou a sua crise quando nasceu e a metodologia que não tínhamos não atendia, por isso criamos o Sebrae Mais, focando em empresas consolidadas", comenta. O programa tem previsão de atingir 1.192 empresas no Norte, 416 só no Amazonas.

Outro programa que Seffair explica é o Negócio a Negócio. "Este veio para fortalecer um pouco o ALI, só que o foco do ALI é levar ao empresário a palavra inovação para ser competitivo, enquanto o Negócio a Negócio leva até o empresário, em seu local de trabalho, orientação gratuita e personalizada através de um agente do Sebrae", esclarece.

Há também o Sebrae 2014, que promete aos micro e pequenos empresários a possibilidade de melhor aproveitarem as oportunidades decorrentes da Copa do Mun-

do de Futebol. "A FGV (Fundação Getúlio Vargas) tem realizado um mapeamento que detectou que as maiores oportunidades estão na área de construção civil, em que as micros e pequenas empresas poderão se tornar subempreiteira da que ganhou a licitação, através do fornecimento de produtos e serviços", enfatizou Maurício Seffair, que também destacou grandes oportunidades no segmento de turismo e alimentação.

OPINIÃO

Inovação é um processo dinâmico e permanente para a sobrevivência duradoura das empresas. Por isso, ao apoiar os pequenos negócios na melhoria da gestão estratégica, na otimização dos processos produtivos e na relação com o mercado, sempre com foco em mais qualidade e produtividade, temos empresas inovadoras. E esperamos que as empresas migrem para um novo patamar competitivo para ajudar o Brasil a crescer.

Carlos Alberto dos Santos
Diretor-técnico/Sebrae

Indústria

Nível de atividade diminui o ritmo, aponta sondagem da CNI

A produção industrial recuou em junho em relação a maio, conforme Sondagem Industrial da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Em uma escala na qual valores acima de 50 pontos significam crescimento e abaixo disso, retração, o indicador de produção do mês passado registrou 48,1 pontos. Em maio, estava em 52 pontos e, em abril, em 47,6 pontos.

A CNI avalia que o segundo trimestre de 2011 mostra uma "evidente queda" na demanda por produtos industriais domésticos, impactando fortemente a indústria brasileira. "A queda na atividade industrial é evidente e contrasta com o desempenho do varejo. O cenário segue negativo, apesar do efeito sazonal positivo do fim do ano: o acúmulo indesejado de estoques e a maior dificuldade no acesso ao crédito sinalizam um cenário desfavorável para os próximos meses", informou documento da entidade distribuído a jornalistas.

Em junho do ano passado, o nível de atividade marcou 51,8 pontos "A atividade industrial está perdendo a força", resumiu o documento.

Capacidade Instalada

O Índice de UCI (Utilização da Capacidade Instalada) passou de 46,1 pontos em maio para 44,7 em junho, ficando ainda mais distante da linha divisória dos 50 pontos. A CNI reve-

lou que o percentual médio da utilização da capacidade instalada se manteve em 74% em junho, como estava em maio. A sondagem foi realizada entre os dias 1º e 15 de julho com 1.692 empresas, das quais 915 pequenas, 535 médias e 242 de grande porte.

A UCI da indústria está abaixo do usual há sete meses, segundo pesquisa, feita com 1.692 empresas.

Os industriais consultados alegaram que no mês passado a produção de suas empresas estava abaixo do que é considerado normal para aquele período específico. As exceções ficaram apenas por conta dos setores farmacêutico e de veículos automotivos.

"Após sete meses de baixa, o sentimento está mais disseminado", avaliou o economista da entidade, Renato da Fonseca. De acordo com o profissional, essa percepção vem sendo verificada nas companhias de todos os portes e de todas as regiões consultadas. Também foi identificada nos 24 dos 26 setores da indústria da transformação consultados pela CNI, além da indústria extrativa.

As exceções são o segmento farmacêutico (50,9 pontos) e de veículos automotores (50,5 pontos). Fonseca salientou que este indicador é formado por meio de avaliações subjetivas de cada empresário de acordo com o setor de atividade. "Mas este é um indicador de antecedentes", encerrou o economista.

Indústria (continuação)

Perspectivas negativas para as exportações

A retração influenciou negativamente a perspectiva do setor em relação às exportações. Este segue otimista, mas, em relação à demanda para os próximos seis meses, aos números de empregados nas companhias e às compras de matérias-primas, que subiram em julho na comparação com o mês passado.

A estimativa dos industriais para as exportações passou de 50,4 pontos em junho para 48 pontos em julho: "O pessimismo voltou a predominar com relação às exportações industriais", trouxe o documento da CNI.

As perspectivas relativas à demanda para os próximos seis meses permanecem

otimistas, passando de 61,6 pontos no mês passado para 61,9 pontos este mês. O indicador segue acima da média histórica de 59,9 pontos calculada pela entidade representativa dos industriais. "Ressalte-se, contudo, que o índice está 1,6 ponto abaixo do registrado em julho de 2010", considerou a CNI.

Em relação ao quadro de pessoal, o indicador apresentou leve alta este mês em relação a junho, passando de 54 pontos para 54,2 pontos. "Os empresários mostram o mesmo otimismo do mês anterior com relação à evolução futura do número de empregados", trouxe o documento da CNI. No caso das encomendas, a elevação foi de 58 pontos em junho para 58,2 pontos este mês.

Brasil é o líder mundial em encargos trabalhistas

Peso dos encargos sobre o custo da mão de obra na indústria chega a 32,4%

SÃO PAULO (AE) - Confirmado: o Brasil é mesmo o campeão mundial dos encargos trabalhistas. Levantamento inédito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), feito com base em dados compilados pelo Departamento de Estatística do Trabalho dos Estados Unidos (BLS, sigla em inglês de Bureau of Labor Statistics), mostra que os encargos já correspondem a praticamente um terço (32,4%) dos custos com mão de obra na indústria de transformação.

Trata-se do valor mais alto de toda a amostra, 11 pontos percentuais superior à média dos 34 países estudados pelo BLS (21,4%). Na Europa, por exemplo, o peso dos encargos no custo da mão de obra é de 25%.

Quando comparado aos países em desenvolvimento, com os quais o Brasil compete comercialmente em escala mundial, a posição do País é ainda pior. Os encargos são 14,7% em Taiwan, 17% na Argentina e Coreia do Sul e 27% no México.

Busca rápida



Estudo da Fiesp vem em momento crucial

O governo vai lançar a nova versão da política industrial brasileira. A expectativa dos empresários do setor é que o pacote inclua medidas para desoneração da folha, mas poucos ainda apostam nisso.



Só a contribuição ao INSS na indústria da transformação chega a 20% da folha

Apesar de o título brasileiro de campeão mundial já estar consolidado há um bom tempo no debate econômico, faltavam informações sobre a representatividade dos encargos trabalhistas no custo da mão de obra em um conjunto de países.

No Brasil, os encargos sobre a folha salarial são compostos principalmente pelas contribuições patronais à Previdência. No caso da indústria de transformação, a contribuição ao INSS, sozinha, é 20% da folha. Há também a contribuição

por Risco de Acidente de Trabalho, o Salário Educação e contribuições ao Incra, Sesi, Senai e Sebrae, que correspondem a até 8,8% da folha de salários.

Somando-se as contribuições do empregador ao FGTS, indenizações trabalhistas e outros benefícios, como o 13.º salário e o abono de férias, o total de encargos chegou a 32,4% dos gastos com pessoal da indústria em 2009, ano-base do estudo do BLS.

Para a Fiesp, a indústria brasileira enfrenta uma perda de competitividade que tem levado a um quadro de desindustrialização. "Os encargos incidentes na folha de salários traduzem-se em encarecimento da mão de obra e, conseqüentemente, dos custos de produção de bens e serviços, afetando a competitividade local", conclui José Coelho, que coordenou o trabalho da Fiesp.

sim & não

MDIC O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio marcou para 2 de agosto o lançamento da nova política industrial. Resta saber quanto dos interesses do Poló Industrial de Manaus estão garantidos nessa política.

Entrevista



Holofote



Editorial

O Natal de Aloizio Mercadante

Há dois meses, o governo publicou no "Diário Oficial da União" a medida provisória número 534, que incluiu os tablets na chamada "Lei do Bem". A regulamentação era um dos passos aguardados dentro do acordo entre o governo federal e a iniciativa privada para produção desses equipamentos no Brasil. A chinesa Foxconn, que monta o Ipad, da Apple, condicionava o início da produção no país à concessão de incentivos fiscais que já eram oferecidos para outros produtos de informática.

A MP publicada no dia 23 de maio alterou o artigo 28 da lei número 11.196, de 21 de novembro de 2005. Foi a primeira providência do governo para a desoneração. Na sequência, esperava-se uma portaria interministerial do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), para enquadrar os tablets no Processo Produtivo Básico (PPB) como "microcomputador portátil, sem teclado físico, com tela sensível ao toque". A "Lei do Bem" isenta os produtos da incidência do PIS/Cofins,

de 9,25%.

O Estado de São Paulo, que disputava a Foxconn com o Amazonas, não perdeu a liderança da locomotiva e, numa ação rápida, editou o decreto 57.144, concedendo mais benefícios diferenciados aos fabricantes de tablets em seu território. A portaria interministerial que vai definir o PPB para tablets deve garantir ainda uma redução do IPI de 15% para até 3%. Amanhã, o governo do Amazonas entra com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) com a medida paulista.

Nove empresas já podem

fabricar tablets mais baratos no Brasil. Ontem, o ministro petista Aloizio Mercadante, da Ciência e Tecnologia, candidato em potencial à Prefeitura de São Paulo, comemorou o sucesso das negociações: "Para o Natal, vamos ter uma oferta espetacular de tablets no mercado", no que foi secundado pelo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo: "Com o perdão da palavra, no fim do ano eu acho que vai bombar a venda de tablets". Os dois "amigos" do Amazonas e mais a presidente Dilma Rousseff não fazem a menor ideia dos estragos dessa "bombada".

CONTEXTO

Alckmin desiste de homenagear Arthur

Sem o menor clima para celebrar a amizade num momento de divergências políticas, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), desistiu de vir a Manaus para prestigiar a homenagem que o colega de partido Arthur Neto vai receber na Câmara Municipal.



>>>>>

Arthur frustrou a vinda do governador paulista após divulgar carta na qual anuncia que os dois estão em lados opostos politicamente por conta da guerra fiscal entre Amazonas e São Paulo, recentemente agravada com a disputa pela produção dos tablets.

>>>>>

Antes de desmarcar, Alckmin estava na lista de convidados ilustres ao lado de seu secretário de Finanças.

ARTHUR NETO

'Estou mais forte'

A pesar de estar longe da política brasileira, há seis meses, o ex-senador Arthur Virgílio Neto (PSDB) é personagem frequente dos periódicos locais e nacionais e, mesmo longe (ele está a serviço do Itamaraty em Lisboa, Portugal), não deixa de opinar e participar ativamente dos rumos que a política e economia nacional passam neste momento. Nesta semana, será homenageado na Câmara Municipal de Manaus (CMM) e seu prestígio será exposto com a

presença no evento de grandes personalidades do ninho tucano de todo o país. Mesmo sabedor da força de seu nome, o ex-senador se recusa (ou pelo menos vem evitando) a discutir sucessão municipal e descarta a possibilidade de sair candidato a prefeito em 2012, apesar da forte pressão interna, como ele mesmo afirmou.

Ao EM TEMPO, o ex-senador falou de política, economia, Zona Franca de Manaus (ZFM) e criticou o modo de administrar da presidente Dilma Rousseff (PT).

ARTHUR NETO (CONTINUAÇÃO)

EM TEMPO: O senhor está a serviço da Embaixada Brasileira em Lisboa e, de longe, deve estar acompanhando as notícias locais. Como o senhor avalia esse primeiro semestre de novos governos?

ARTHUR VIRGÍLIO NETO: Vejo o governo Dilma (Rousseff) claudicando, inerte e inepto administrativamente. Politicamente refém da base parlamentar fisiológica que a sustenta. Eticamente frágil: três grandes escândalos em apenas seis meses de exercício. No econômico, propôs-se a um ajuste fiscal estilo "faz-de-contas", que a prende a uma situação de inflação elevada com crescimento medíocre. Espero que melhore e dê respostas positivas à sociedade.

ET: E, em nível regional, como é sua relação com o atual governo do Amazonas?

AVN: O governador Omar Aziz herdou uma situação econômico-financeira difícil. Eu o vejo sem caixa para executar projetos mais ousados. É obrigado a fazer um "feijão-com arroz". Quanto a minha relação com ele, posso dizer que, no plano pessoal, é fraterna.

ET: O senhor foi prefeito de Manaus no início da década de 1990 num período em que a economia e a liberdade política estavam iniciando um processo de mudança. Como o senhor avalia a atual administração municipal?

AVN: A Manaus que governei era, do ponto de vista da máquina administrativa e das finanças, incontestavelmente menor que a atual. Peguei a hiperinflação de (José) Sarney e a recessão de (Fernando) Collor. E governei de maneira equilibrada, sem fazer dívidas e definindo prioridades muito criteriosamente. Tomei medidas duras, como a retirada dos vendedores ambulantes do Centro e das feiras insalubres. Medidas antipáticas? Pode ser. Mas desmentimos a OMS (Organização Mundial de Saúde) que atestou que o cólera mataria dez mil pessoas em Manaus; e não morreu ninguém dessa doença. Prefiro não avaliar o atual prefeito. Haverá eleição brevemente e, se ele se dispuser a disputar a reeleição, o povo o avaliará em meu lugar.

ET: O senhor acredita que o atual prefeito acertou em suas ações? Como é sua relação com Amazonino Mendes?

AVN: Minha relação com

ET: Na próxima quinta (28) o senhor será homenageado na Câmara Municipal de Manaus, o que tem dado abertura a várias especulações políticas. O senhor vai disputar as eleições majoritárias de 2012?

AVN: Fico grato ao vereador Paulo De' Carli e aos vereadores que apoiaram a iniciativa da homenagem. Um gesto fraterno que guardarei no coração. Sobre disputar o pleito de 2012, digo-lhe que a pressão de companheiros é grande, mas resisto a ela. Minha prioridade é ver julgados os processos, de iniciativa do Ministério Público, que questionam a lisura das eleições senatoriais recentes. Imagino que o desfecho não se delongue demasiadamente.

ET: O PSDB vai entrar nessa disputa com uma chapa puro-sangue com o seu nome ou outro quadro da legenda?

AVN: Há um forte apelo da direção nacional do PSDB para, na regra, disputarmos todas as capitais. Mais adiante veremos isso, ressalvando que o apelo nacional é forte mesmo, até pela estratégia de 2014. Mais adiante veremos isso!



"Estou muito preocupado com o futuro do Polo Industrial de Manaus. A Suframa está esvaziada. Manaus e o Amazonas vivem um caos logístico"

ET: O PSDB tem intenção de coligar com outras siglas em 2012? Quais seriam essas legendas?

AVN: De um jeito ou de outro, o PSDB, a depender do seu desejo, se coligará. Temos inúmeros partidos que olham o Amazonas e Manaus parecidos conosco, a começar por PSB, DEM, PPS.

ET: O PSDB saiu enfraquecido do último processo eleitoral. Quais são as estratégias do partido para revitalizá-lo neste atual cenário político?

AVN: Nacionalmente, não vejo o PSDB enfraquecido. É o maior partido de oposição; conquistou 44 milhões de votos para a Presidência (República), governa oito Estados que representam mais de 50% do PIB e da população brasileira. Sinto-me, no entanto, mais forte do que

ET: O seu filho, o deputado estadual Arthur Bisneto é o atual presidente regional do partido e está em seu terceiro mandato na Assembleia Legislativa. Com a sua experiência, como o senhor avalia a postura política dele enquanto parlamentar?

AVN: Arthur Bisneto é um moço honesto e muito querido. Muitas vezes deixa de adotar certas posições pensando em mim e na perspectiva de eleições majoritárias que tenho. Vem crescendo a cada mandato. E tem muito tempo pela frente. Basta dizer que tive meu mandato bem mais velho do que ele está hoje. Vejo nele a sensibilidade do bom legislador, tem várias leis aprovadas e mal divulgadas. Bom orador, político de futuro, enfim.

ET: Além de ex-prefeito, o senhor tem vasta experiência no parlamento federal e esteve à frente de grandes discussões na defesa dos interesses do Estado. Como o senhor vê e analisa a postura da atual bancada amazonense no Congresso Nacional?

AVN: Tenho muitos amigos na bancada federal amazonense e, ao invés de analisá-los como se pertencesse a uma "bancada examinadora", desejo-lhes força e êxito na tarefa de bem representar o Amazonas.

ET: Com as últimas medidas tomadas de forma desfavorável à Zona Franca de Manaus (ZFM), o que o futuro reserva para esse modelo?

AVN: Estou muito preocupado com o futuro do Polo Industrial de Manaus. A Suframa está esvaziada. Manaus e o Amazonas vivem um caos logístico. A convergência digital nos ameaça. O golpe desferido pela presidente Dilma, por meio da MP 534, é muito contundente. Perdemos os tablets, estamos perdendo vigor tecnológico. Parece que nos destinam as tecnologias velhas e remetem as novas, as dinâmicas, para o Centro-Sul, São Paulo à frente. E não serão medidas pontuais, em cima da perna, que impedirão a derrota. É preciso repactuar o PIM, envolvendo governos, empresários, congressistas, trabalhadores e outros Estados da Amazônia Ocidental. Refundar a ZFM. Vejo o futuro cinzento, com um monte de gente enganando a si próprio, com irresponsabilidade idêntica à dos "coronéis" da borracha. Prefiro alertar, porque não tenho vocação para "coronel" eletrônico.

Franquia da Ambev chega ao AM em 2012

RICHARD RODRIGUES

Equipe do EM TEMPO

richard@emtempo.com.br

Após se consolidar como uma das maiores produtoras de bebidas do Polo Industrial de Manaus (PIM) e do país, a Ambev agora envereda também para o ramo de franquias. Disposta a promover o empreendedorismo, a empresa desenvolveu o projeto 'Nosso Bar', que incentiva negócios empresariais com investimento inicial a partir de R\$ 28 mil.

De acordo com o diretor de novos negócios, João Paulo Badaró, a empresa já desenvolve projetos que atendem a diversos perfis desde 2004. Contudo, o 'Nosso Bar' é uma empreitada destinada ao segmento popular, aos micro e pequenos empresários e aos que desejam investir em um negócio familiar. "Com o crescimento da classe C, a Ambev resolveu levar oportunidades para essa classe com o 'Nosso Bar', que é um projeto que incentiva um negócio que requer investimento mais acessível e retorno atrativo", observou.

De acordo com a franqueadora, o investidor poderá escolher o nome do esta-

belecimento e desenvolver um cardápio de pratos e petiscos que atendam a cada região e público. Além disso, a empreitada terá apoio da Ambev para a padronização visual do estabelecimento e dos materiais de divulgação, programas de capacitação para gerir negócio e investimentos financeiros, assessoria de gestão, assim como atendimento periódico dos consultores da rede. "A idéia é oferecer ao cliente melhor estrutura com padrão visual, produtos de qualidade, entretenimento e ambiente familiar", argumentou o diretor.

O retorno previsto do investimento é de 12 a 20 meses, enquanto o faturamento médio do estabelecimento – que deve gerar, em média, até 12 postos de trabalho –, é de R\$ 25 mil a R\$ 40 mil. Já a taxa de royalties varia entre R\$ 250 e R\$ 500 fixos por mês.

O investimento da Ambev no segmento de negócios populares deve incrementar ainda mais a área de franquias no Brasil. De acordo com dados da Associação Brasileira de Franquias (ABF), o setor registrou faturamento de R\$ 76 bilhões em 2010, crescimento de 20,4% em relação ao ano anterior.



Retorno previsto do investimento é de 12 a 20 meses, enquanto faturamento médio é de R\$ 25 mil a R\$ 40 mil

O 'start' do projeto

O dirigente João Paulo Badaró informou que o projeto iniciou em São Paulo, mas a intenção é que seja expandido para outras regiões a partir do próximo ano. Um dos Estados que está 'na mira' da empresa é o Amazonas, onde possui unidade fabril. "Está em nossos planos abrir uma unidade do 'Nosso Bar' na capital amazonense", disse o dirigente.

A AmBev foi a primeira companhia do segmento a desenvolver franquias de bebidas. Além do projeto 'Nosso Bar', são mantidos cinco outros modelos de franquia: Quiosque Chopp Brahma, Loja Chopp Brahma Express, Carrinho Chopp Brahma, Seu Boteco e Bar Brahma. Os interessados em obter mais informações sobre os projetos podem acessar o site www.franicap.com.br.

'Nosso Bar'

- Investimento inicial: a partir de R\$ 28 mil
- Taxa de franquia: R\$ 15 mil
- Faturamento médio estimado: R\$ 25 mil a R\$ 40 mil
- Taxa royalties: de R\$ 250 a R\$ 500 fixos ao mês
- Previsão de retorno do investimento: a partir de 12 meses

O que é a base ecológica da ZFM?

Ainda ressoam aos ouvidos incrédulos de nativos e integrados que por aqui vivem nessa vastidão de mundo sem fim amazônico, as palavras apocalípticas do ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, que condenou no mês passado o modelo Zona Franca de Manaus à condição de ameaçado, e lhe deu a indústria de base ecológica como única condição de sobrevivência. O ministro é um mineiro visivelmente perdido entre as alterosas de manganês que cercam a capital das Minas Gerais e que - tudo sugere - lhe embruteceram a alma, ou a sensibilidade como descreve Drummond, seu conterrâneo, mais aberto de mente e ventilado em percepção de mundo. Ao oferecer a saída ecológica como requisito de subsistência ao modelo ZFM, o ministro, assim como a absoluta maioria dos burocratas brasileiros, assumiu publicamente que desconhece essa porção geopolítica do país que responde por mais de dois terços do território nacional e que é seu maior patrimônio. E mais: declarou publicamente que está no lugar errado, respondendo por desafios para os quais não se preparou.

Indústria de base ecológica - se o ministro desconhece - convém ser explicitada. São atividades produtivas que estão relacionadas a um marco regulatório a partir do qual foram formuladas políticas públicas no âmbito do desenvolvimento da produção e comercialização de alimentos orgânicos do País. Tudo começou na reformulação da Comissão Interministerial de Biossegurança, com a publicação da Lei da Produção Orgânica 10.831, de 23 de dezembro de 2003, fundada no conceito de agroecologia, de integridade cultural das comunidades rurais, equidade social, a valorização econômica das produções familiares, além do respeito aos recursos naturais. O tema foi debatido no Senado, tendo o Amazonas, através do senador Gilberto Mestrinho, exigido estudos rigorosos para a adoção ou condenação do contraponto orgânico, a agricultura transgênica. Por aqui, no âmbito da

ZFM, entretanto, o debate sequer começou, muito embora o setor agroindustrial faça part e, originalmente, do modelo ZFM, do qual o ministro do Desenvolvimento tenta desfazer-se sem jamais ter posto os pés por aqui.

Para um Estado que, sequer, abastece o próprio mercado com os produtos da agricultura tradicional, a avaliação e encaminhamento do ministro são ainda mais descabidos. É provável que ele pretendesse referir-se à bioindústria, o polo de fármacos, cosméticos e oleaginosas. E que ele não saiba que o polo de bioindústria segue à espera de um PPB, a figura jurídica interministerial - o Processo Produtivo Básico - que autorizaria fabricação de itens específicos e que está relacionado à liberação e definição final do modelo de gerenciamento do Centro de Biotecnologia da Amazônia. E nada disso foi feito na última década, desde a construção do CBA em 2000. Indústria de base ecológica ou bioindústria, fatores produtivos relacionados, com especificidades absolutamente distintas, são saídas momentaneamente inviáveis e economicamente não factíveis no curto e médio prazo. Um medicamento, por exemplo, de "base ecológica", é uma patente que demanda R\$ 10 bilhões de investimento e dez anos de maturação, com tecnologia consolidada e capital intelectual adequado.

Não fosse o poder de fogo que sua base política exerce na direção do modelo ZFM, incluindo a redução dos recursos para que a Suframa cumpra seu papel de autarquia responsável pela concessão e monitoramento dos incentivos e promoção do desenvolvimento, é evidente que esse cidadão não pode ser levado a sério. É bem verdade que ele ouviu o galo cantar e não desconfia aonde mas, sem querer, ajudou a acirrar a discussão sobre os rumos do modelo ZFM e facilitar a confirmação de que para a opinião pública nacional, como dizia Samuel Benchimol, isso aqui é um paraíso fiscal, e para os gestores públicos de plantão, o modelo é o paraíso do fisco. Doravante, com base ecológica...

NORTE EM 1º

Duas Rodas aquece setor de consórcios

A Região Norte ficou em primeiro lugar na venda de cotas de consórcios no período de maio a junho deste ano e a comercialização das motocicletas foi o principal motivo para esse resultado. Os dados são da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac).

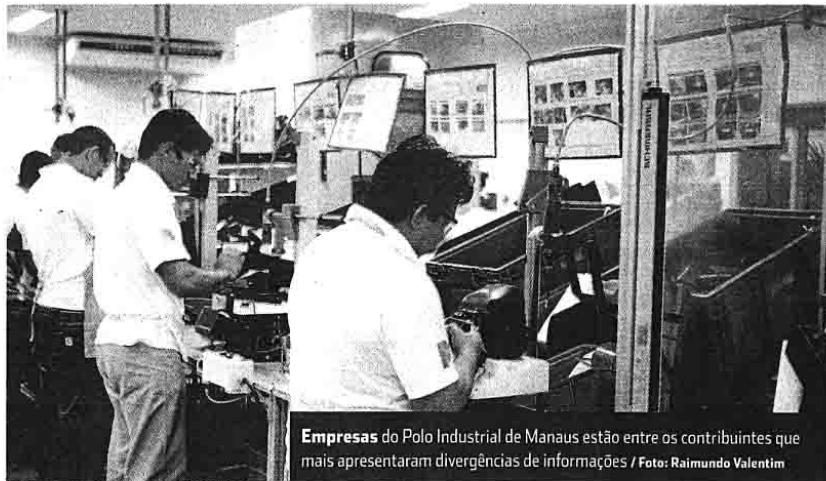
O Norte do País ficou com 47,3% das cotas vendidas, a Região Nordeste com 38,6% e o Centro-Oeste com 30,6%. Sudeste e Sul venderam abaixo da média, com 13,7% e 13,3%, respectivamente. Nos primeiros cinco meses do ano, foram vendidas 1,06 milhão de cotas de consórcios, o equivalente a um aumento de 28,1% em relação às 827,3 mil vendidas em igual período do ano passado. Em valores, a comercialização somou R\$ 32,5 bilhões – 41,3% a mais que os R\$ 23 bilhões registrado no mesmo período de 2010.

Distorções no fisco passam de R\$ 100 mi

Beatriz Gomes
Da Redação
Manaus, Amazonas

Noventa e cinco empresas classificadas como de grande porte instaladas no Amazonas terão que se explicar à Delegacia da Receita em Manaus, em função de distorções nas declarações de recolhimentos tributários encaminhadas ao fisco no período de junho de 2010 a junho de 2011. Segundo o delegado Omar Rubim, essas distorções já ultrapassaram R\$100 milhões.

Uma equipe da Delegacia da Receita em Manaus monitora sistematicamente, há cerca de um ano, os recolhimentos de grandes contribuintes. Qualquer movimento anormal detectado, como compensações suspeitas ou suspensão de recolhimentos para criar caixa à empresa, é averiguado pela equipe. “Nosso trabalho é evitar um desequilíbrio nas relações comerciais, pois enquanto uma empresa pode estar ganhando por conta da sonegação, a outra que recolhe os



impostos corretamente acaba perdendo competitividade”, explicou Rubim.

De acordo com o delegado, as distorções começaram a se intensificar no primeiro semestre desse ano, com destaque para a queda da arrecadação da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)

e do Impostos de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).

“O valor global que deixou de ser recolhido está sendo levantado, mas sem dúvida deve ultrapassar R\$ 100 milhões. Os contribuintes foram identificados, selecionados e serão intimados para explicar o que motivou essa queda acentua-

da”, alertou Rubim.

Ranking

A Indústria é o setor com o maior volume de distorções seguido de Serviços e Comércio. A maioria desses contribuintes está concentrada em Manaus.

Se as justificativas das empresas

notificadas forem plausíveis, o acompanhamento do fisco continuará normalmente, porém, caso as explicações não sejam satisfatórias e o contribuinte continue não recolhendo os impostos, o caso passa a ser analisado pelo departamento de programação de fiscalização para um trabalho de análise mais profundo a fim de identificar de forma mais clara a omissão de receita e os indícios de sonegação.

O nível de acompanhamento considerando fatores econômicos e as informações atualmente disponíveis foram os principais motivos para que a delegacia aumentasse a identificação dos indícios comparado ao ano passado.

“O cruzamento de informações de faturamento, declaração de imposto, volume de vendas registradas com o cartão de crédito e as informações complementares de banco de dados dos fiscos estadual e municipal servem de subsídios para essas análises”, disse o delegado Omar Rubim.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br